

Ata da Reunião do Conselho

ATA nº 205 da 173ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 26 de maio de 2011, com início às 14:02 horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos da SETP, situado na Rua Pedro Ivo 750, nesta capital, com a presença dos conselheiros estaduais: Iram de Resende (SETP), Leila Maria Raboni (SRTE-MTE), Sezifredo Paulo Alves Paz (SESA), Ernane Garcia Ferreira (CUT), Ildemar Borges (Força Sindical), Jairo Corrêa Almeida (CTB), Denílson Pestana da Costa (NCST), José Toaldo Filho (FIEP/PR), João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMÉRCIO), Francisco Macedo Machado (FECOMÉRCIO), Klaus Dias Kuhn (FAEP), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC), da Chefe do Departamento de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela, da Chefe da Divisão de Seguro Desemprego Fátima Regina M. Siqueira, do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas Antonio Benedito Siqueira, do Chefe do Departamento de Relações do Trabalho Núncio Manala, do Chefe da Divisão de História Social do Trabalho Laércio Souto Maior e dos técnicos da SETP Alzimara Bacellar, Márcia Dias Ramos, Vera Lúcia Chami, Maria Augusta Araújo, Reginaldo Fernandes de Souza, Jenifer Franco Prodócimo, Sonia Regina Mitczuk, Dione B. Romanzin, Soraia Cristina de Souza, Ana Carla Benetti, Luciene Pereira de Cristo Bracht realizou-se a 173ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 1) Abertura; 2) Aprovação da Ata Anterior; 3) Análise da Política do Benefício do Seguro Desemprego ; 4); Revisão da Resolução 299/2010-CET 5) Informes.

1) Abertura: Comunicando a ausência justificada do Conselheiro Karl Udo Heinrichs (CGTB), o Presidente Iram de Resende (SETP) saudou os conselheiros presentes e declarou aberta a 173ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

2) Aprovação da Ata Anterior: Foi aprovada, sem emendas ou adendos, a Ata de nº 204, referente à 172ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho. O conselheiro Ernane Garcia Ferreira sugeriu as seguintes alterações na Ata de nº 203 da 34ª reunião extraordinária, que trata da definição da proposta do reajuste do Piso Salarial Mínimo Regional, a definição dos atores seria de imediato, e clarear o texto da forma que fique entendido que o prazo de 120 dias para início do trabalho após ter sido formado a comissão do Conselho.

3) Análise da Política Pública do Benefício do Seguro Desemprego: A Chefe do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela disse que a apresentação seria um estudo feito pela Técnica da Divisão de Estudos e Pesquisas Márcia Dias Ramos e pela Chefe da Divisão de Seguro Desemprego Fátima Regina M. Siqueira a respeito do Seguro Desemprego com referência em uma pesquisa feita pela Universidade de Brasília por solicitação do Ministério de Trabalho e Emprego, onde inclusive, alguns dos entrevistados são membros do nosso Conselho. Na sequência, o Presidente Iram de Resende passou a palavra para Márcia Dias Ramos, que saudou a todos e deu início a apresentação dizendo que o levantamento seria uma demonstração da rotatividade do Seguro Desemprego nos últimos 5 anos no Paraná (2005 à 2010), trabalhando com dados mensais (janeiro à dezembro). Márcia fez uma análise sobre os dados gerais, onde foi possível concluir que o número de admitidos cresceu de 898.972 para 1.403.593, o número de desligados passou de 826.597 para 1.261.102, o número de dispensados sem justa causa não teve um aumento tão grande, passando de 487.134 para 635.137, o número de requerentes cresceu muito pouco, de 397.054 para 496.060, o número de segurados cresceu de 393.592 para 491.037 e o número de beneficiários cresceu de 388.758 para 480.829, ela chamou a atenção para os dados dos números de beneficiários que cresceu gradativamente de 2005 à 2009 e em 2010 teve um ligeiro decréscimo

em relação aos anos anteriores. Em relação aos valores concedidos pelo benefício do Seguro Desemprego, temos a seguinte questão, em 2.005 tínhamos cerca de 628 milhões de reais pagos de Seguro Desemprego e em 2010 esse número mais que dobrou. O número de reais recebidos por beneficiários também aumentou significativamente nesses 5 anos, passando de R\$1.629,00 para R\$2.695 por pessoa. O Siqueira complementou dizendo que o governo gasta mais com o seguro desemprego, e que melhor forma de conter é ofertar mais empregos. E deveria ser aplicado mais dinheiro em qualificação profissional e dessa forma diminuir a demanda do seguro desemprego. José Toaldo Filho parabenizou a apresentação e disse que deveria ser melhor divulgado, pois a sociedade não tem conhecimento de que o índice de requerentes do seguro desemprego diminuiu com o passar do tempo, e o que aumentou foram só os valores concedidos por pessoa. Ernane Garcia Ferreira, também, parabenizou a equipe pela apresentação e deixou como sugestão um estudo no estado do Paraná, por setores (comércio, indústria, serviços, entre outros) de como eles estão em relação à questão do Seguro Desemprego, um aporte sobre os salários, onde é possível verificar que a situação dos trabalhadores melhorou, mas que deve-se aprofundar em dados nos últimos anos, criando um viés importante para o próximo período de Qualificação Profissional, entende que seja feito uma qualificação que não atende as reais necessidades do mercado. É necessário aprimorar os resultados, pois há um reclame dos cursos de qualificação, precisamos sair da obliquidade da informática e costura. João Francisco Zafanelli Cubas ratificou a fala de Ernane Garcia Ferreira, dizendo que esse é o problema e que precisamos levantar demandas que estão surgindo nos Conselhos Municipais e Estaduais do Trabalho, um exemplo disso está no trabalho do SENAC, onde havia demandas mas não para os cursos oferecidos, ou seja, tinha população mas não tinha demanda "capacitória", pois as pessoas não se encaixavam nos cursos, sendo assim foi devolvido os recursos por não aplicarem na região certa. Leila Maria Raboni parabenizou a equipe pelos trabalhos realizados com qualidade e consistência pela Divisão de Estudos e Pesquisas da SETP. Ildemar Borges disse que o Conselho Estadual do Trabalho vem solicitando desde o ano passado que o Observatório do Trabalho fosse criado exatamente para essa função, pois é necessário esses dados para administrar um melhor entendimento, e disse também, que chegou a hora de, por meio dessas informações, cobrar dos Conselhos Municipais do Trabalho que homologuem cursos que tenham melhor aproveitamento. O Presidente Iram de Resende passou a palavra para Elietti de Souza Vilela e disse que o Observatório do Trabalho tem papel importante no CET, pois traz análises de condições para criar um jeito de pensar superior, o que a Márcia apresentou passou a contrariar um monte de pensamentos que haviam sobre o Seguro Desemprego, foi muito construtivo esse trabalho, e precisamos abrir um espaço para o Observatório do Trabalho em todas as reuniões do CET, para contribuírem mais ainda nas informações. Elietti de Souza Vilela disse que devemos considerar que o modelo de gestão é tripartite, e que as demandas locais devem passar pelo Conselho Municipal do Trabalho, e o que falta é subsidiar os CMT para que eles possam assumir as suas responsabilidades, sabendo o que é importante e quais são as diretrizes que devem ser tratadas, para isso, temos duas medidas importantes para aprimorar o processo. Primeiro que, atualmente, o Secretário de Trabalho Luiz Claudio Romanelli possibilitou que compuséssemos a equipe da Qualificação Profissional, que está hoje na coordenação de uma técnica oriunda do IPARDES, que trabalhava exclusivamente com análises do mercado de trabalho, e somou a nossa equipe, o que ajudar-á muito. E segundo que firmamos uma parceria com o Instituto Federal do Paraná onde poderemos fazer a qualificação dos Conselheiros Municipais do Trabalho, utilizando as telessalas, o que facilitar-á em muito na nova capacitação continuada dos conselheiros, inicial e continuada, pois vamos iniciar e depois faremos diversos módulos. Estamos na fase final para a instalação de 100 telessalas nas unidades das Agências do Trabalhador, juntamente com o IFPR estamos ampliando essa capacidade para 411 telessalas, ou seja, os nossos

conselheiros vão poder estar provavelmente nos seus próprios municípios, numa telessala em que vamos poder sentar com eles e discutir exatamente essa demanda que levaremos para eles. É o momento de fazer agora um definição dessa Política Pública de Qualificação Profissional e dar subsídio a eles, haverá também capacitações dos Chefes dos Escritórios Regionais e dos nossos Gerentes das Agências do Trabalhador, em análise do mercado de trabalho, pois não adianta só exigir, é preciso instrumentalizar, e essas são medidas que estamos adotando para corrigir essa falha. Iram de Resende disse que há uma vontade do Secretário, e já está incluído na relação do Governo, de haver um FAT estadual, queremos ter uma reserva de recurso inominável e indefinível, que cabe só para nós atender prontamente, a demanda que chega e mesmo que não possamos atender a toda essa demanda, começamos atendendo um percentual pequeno e vamos gradativamente evoluindo. Vamos criar um sistema de contratação para oportunizar cursos rápidos, para isso o básico é ter o recurso, como o recurso de Brasília normalmente, excede essa qualificação que está sendo aqui colocada e se esgota todo, a SETP fica amarrada, e isso não pode. Com o crescimento da economia entendemos que temos que criar atendimentos prontos para demandas emergenciais de acordo com a dinâmica da economia, pois as demandas surgem a todo momento, e hoje as empresas estão num processo de responder à essa pressão do mercado de querer mais Mão de Obra, então nessa qualificação dos Conselheiros que realizaremos, pretendemos, ao fazê-la de levar mecanismos novos, para que eles possam estar aparelhados lá no interior, e poder atender demandas que o sistema possui. E disse ainda que acha importante a transparência da visão da nossa luta em relação ao que está acontecendo em Brasília, e voltou a palavra para a Elietti para a mesma compartilhar as informações recentemente chegadas de Brasília. Elietti de Souza Vilela falou que o Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho instituiu uma Câmara Técnica de apoio ao Fórum, e aquela tem assento um Grupo Técnico de Apoio ao CODEFAT, do qual Elietti faz parte, portanto passou a frequentar as reuniões do GTFAT, sendo que na última reunião foi proposta uma alteração na resolução 575 e a 638 do CODEFAT e uma das principais alterações foi de que não haverá mais um Convênio Plurianual Único, a tendência é de que ficaria uma separação do Convênio Único para Convênio com Qualificação Profissional e Convênio com Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego, isso por si só não significaria problemas, por exemplo, o aumento na dilação de prazo por conta da execução do Planteq, porque ainda não foi realizada a transferência da 2ª parcela referente à Qualificação Profissional, isso causa transtorno na Gestão da Política. A resolução também prevê um recurso máximo de 60% para o Planteq e um mínimo de 30% para o Planseq, quando é dito máximo 60% pode ser até 0%“, porque não foi estabelecido um mínimo, já quando coloca um mínimo de 30% pode ser até 100%, porque foi garantido um mínimo. Isso causou uma grande polêmica, afinal de contas o Planteq não acontece no âmbito dos estados, não passa na comissão estadual, foi dito também que na modalidade Planteq, o município que estiver com mais de 100 mil habitante, poderá se conveniar diretamente com o MTE sem passar pelo CET, o que também houve questionamentos. Também foi aberto para os municípios com mais de 200 mil habitantes, convênio direto com o Planteq, desde que conveniem outras funções do Sistema, como Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego. Ninguém é contra a descentralização, desde que seja acompanhado e que haja recursos suficientes para que a ação continue com qualidade para os trabalhadores. Temos como exemplo Curitiba, que já houve a municipalização, mas não conseguimos transferir a unidade central, pois os recursos do município não são suficiente, devido ao alto custo da unidade, e vem sendo bancado 42% pelo estado. Sendo assim, é preciso que volte uma discussão sobre o processo de municipalização, que fique claro o papel da união entre Estado e Município. Foi proposto também ao MTE que fizesse a retirada dos municípios com mais de 100 mil habitantes e que garantisse um mínimo de 40% para o Planteq. A retirada dos municípios com

mais de 100 mil habitantes não foi acolhida, a única coisa que avançamos foi em garantir um mínimo de 30% e um máximo de 60% para o Planteq. Da discussão no FONSET, foi retirada uma carta aberta, um documento para a Presidente da República, para o CODEFAT e a sociedade como um todo, foi instituído também o dia 9 de agosto como o Dia Nacional de Manifestação sobre o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, onde em todas as unidades do Sistema Público, deverá ser feita uma discussão tripartite. O Paraná será sede do próximo FONSET, previsto para o final de julho. Roberto Teixeira de Freitas disse que lembra da municipalização de Curitiba, e que na época o Secretário do Trabalho de Curitiba esteve junto e disse, que por motivos burocráticos, não estava recebendo o repasse de Brasília, foi feito então um acordo em que a Secretaria Estadual do Trabalho iria bancar todo o Sistema de Curitiba por 90 ou 180 dias, mas se o Estado ainda continua bancando o Sistema de Curitiba, que municipalização é essa, que o Estado não gerencia, mas arca com as despesas? Até quando o Estado vai continuar arcando com as despesas, será que não teria que voltar para o Estado? Elietti de Souza Vilela explicou dizendo que na Resolução 466 haveria um período de transição de 2 anos, portanto dessa forma foi iniciada a municipalização, o problema é que excedeu o prazo e o MTE diz que no momento não tem condição de repassar o recurso. Na realidade, existem muitos problemas, como por exemplo a unidade de Londrina, que foi municipalizada recentemente, nossas unidades da região estão amarradas pelas filas provenientes da Agência de Londrina, trabalhadores vão para Rolândia, Cambé, Arapongas e unidades próximas para serem atendidos, acaba que o trabalhador local tem que competir na fila com trabalhadores de Londrina. Roberto Teixeira de Freitas disse que o próprio município é quem tem que arcar com o ônus e o bônus, porque é injusto o Estado continuar arcando com as despesas sendo que foi o município que exigiu a municipalização. Denilson Pestana da Costa disse que tem que municipalizar sim, desde que tenha condições para arcar com as despesas, disse ainda, que as demandas não estão sendo levantadas, que não temos um diagnóstico mais aprofundado, e que deveria haver uma relação melhor entre o Conselho Estadual e o Conselho Municipal do Trabalho, pois não temos uma avaliação regional do Estado, e a idéia era realizar reuniões regionais com todos os CMT, mas até agora foi realizada apenas uma reunião. Elietti esclareceu que o Diagnóstico de Rede do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda de todos os padrões de qualidade já existe, inclusive irá pedir para ser encaminhado para os Conselheiros. Klaus Dias Kuhnen fez o requerimento do encaminhamento da Resolução 575, e disse que se a resolução trata de prazos e esses prazos já estão ultrapassados, quer dizer que eventualmente ocorre repasse de forma equivocada e sem respaldo e amparo legal. Sezifredo Paulo Alves Paz disse que na Secretaria da Saúde há uma instância que trabalha junto com os municípios, por meio de uma Comissão Bipartite, entre Estado e Município, sugerindo assim a criação de uma Comissão Bipartite de Gestores no Conselho Estadual do Trabalho. Iram de Resende disse que o Sistema que temos hoje em dia é uma grande conquista, pois foi construído ao longo dos tempos com a participação de técnicos que dedicaram sua vida ao trabalho e que temos competência para cada vez aperfeiçoar mais ainda. Ernane Garcia Ferreira solicitou as resoluções com prazos, diagnósticos, informações e ainda que fosse colocada em pauta para a próxima reunião do CET, a composição da Comissão do Trabalho Decente.

4) Revisão da Resolução 299/2010-CET:

O Presidente Iram de Resende passou a palavra para Elietti de Souza Vilela, que apresentou as seguintes alterações na Resolução: inserir dois parágrafos no Artigo 33, sendo eles:

§ 1º - Nos casos em que for considerado conveniente, a cessão de recursos humanos, prevista no item "c" do inciso I e no item "a" do inciso II deste artigo, poderá ser feita, além da Prefeitura, também por entidades representativas de trabalhadores e/ou empregadores, sempre com ônus das obrigações trabalhistas e previdenciárias para o órgão ou entidade de origem.

§ 2º – Igualmente poderá ser compartilhado, de forma tripartite, o custeio das despesas de locação de imóvel e a disposição de outros elementos físicos, financeiros ou técnicos que possam contribuir para o adequado funcionamento da unidade, nos termos do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional firmado com a SETP.

Outra alteração é aprimorar a redação no Artigo 39, deixando mais claro quais são os componentes do padrão de qualidade, ficando da seguinte maneira:

Art. 39 – Fica determinada à SETP e suas instâncias gerenciais e operacionais a busca do permanente aprimoramento das unidades de atendimento do SPTER, com vistas ao atingimento progressivo do padrão de qualidade, composto por 04 (quatro componentes): infraestrutura física, quadro funcional, amplitude e integração programática e controle social, de conformidade com o estabelecido no Capítulo II desta Resolução, mediante sistemas de planejamento, acompanhamento da execução e avaliação de resultados.

A próxima alteração é a criação de mais duas instâncias de supervisão no Artigo 46, aonde antes existiam apenas três, passam a existir cinco, sendo elas:

I. Supervisão Geral in loco, equipe de supervisores da sede com os técnicos dos Escritórios Regionais da SPTER, para avaliação dos padrões de qualidade, ou superação de dificuldades não sanadas pelos Escritórios Regionais.

II. Supervisão especializada in loco, realizada por técnicos das equipes centrais das áreas programáticas do SPTER com o fim de sanar questões específicas das áreas programáticas.

III. Supervisão integrada in loco, realizada por equipe técnica da sede composta por integrantes das várias áreas, inclusive administrativas.

IV. Supervisão remota, realizada, via telefone ou meio eletrônico, pelas equipes centrais às regionais e por estas às unidades de atendimento, esclarecendo dúvidas e prestando orientações técnicas.

V. Monitoramento de qualidade do atendimento (junto ao Usuário do Sistema), por telefone e por questionários depositados em urnas em todas as unidades.

E a última alteração é no Artigo 47, propondo a inclusão de mais um item para a avaliação de resultados, sendo ele:

Art. 47 – A avaliação de resultados consiste na comparação dos resultados obtidos com os quatro componentes do padrão de qualidade e as metas programáticas para o período, a ser realizada, preferencialmente, em seminários ou encontros técnicos de avaliação e planejamento.

Após explicações foi assinada a Resolução 303/2011-CET.

5) Informes: O Presidente Iram de Resende passou a palavra para Elietti de Souza Vilela, que explicou a Resolução de nº 304/2011-CET que preconiza:

Art. 1º - APROVAR o remanejamento de recursos do Plano de Aplicação das Áreas de Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego, previsto no Plano de Trabalho 2010 constante do CONVÊNIO PLURIANUAL Nº 55 – MTE-CODEFAT-SETP 2006-2011, tal remanejamento foi feito da seguinte maneira: parte do combustível será pago com recurso do Tesouro Geral do Estado e o serviço de vigilância será pago somente com recurso do TGE. O recurso de vigilância foi remanejado para o pagamento de telefone, água e luz das unidades, e o recurso de combustível para a compra de material de copa e cozinha para as unidades da rede. Houve também, saldo de recurso de aquisição de mobiliário em geral que foi transferido para complementar o recurso de aquisição de 6 veículos para auxiliar na renovação da frota que atende Agências do Trabalhador.

Art. 2º – APROVAR o remanejamento da planilha do público prioritário do Plano de Aplicação da Área de Qualificação Profissional, previsto no Plano de Trabalho 2010, constante CONVÊNIO PLURIANUAL Nº 55 – MTE-CODEFAT-SETP 2006-2011, essa alteração foi feita pela necessidade de exclusão do Público 7A (apenados) em função da dificuldade em se trabalhar com o público do Sistema Penitenciário, e à pedido da Divisão de Qualificação Profissional esse público passou para 1B (desempregados).

Após explicações foi deliberada por maioria de seus membros a Resolução

304/2011-CET.

Os conselheiros Denílson Pestana da Costa e Ernane Garcia Ferreira solicitaram que as deliberações fossem encaminhadas para conhecimento com antecedência.

Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o presidente Iram de Resende agradeceu a todos e deu por encerrada a 173ª Reunião Ordinária do CET, da qual eu, Mariane Veiga, lavrei a presente Ata.

Curitiba, 28 de Junho de 2011ATA nº 205 da 173ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO CONSELHO ESTADUAL DO TRABALHO

No dia 26 de maio de 2011, com início às 14:02 horas, na Sala de Reuniões dos Conselhos da SETP, situado na Rua Pedro Ivo 750, nesta capital, com a presença dos conselheiros estaduais: Iram de Resende (SETP), Leila Maria Raboni (SRTE-MTE), Sezifredo Paulo Alves Paz (SESA), Ernane Garcia Ferreira (CUT), Ildemar Borges (Força Sindical), Jairo Corrêa Almeida (CTB), Denílson Pestana da Costa (NCST), José Toaldo Filho (FIEP/PR), João Francisco Zafanelli Cubas (FECOMÉRCIO), Francisco Macedo Machado (FECOMÉRCIO), Klaus Dias Kuhnen (FAEP), Roberto Teixeira de Freitas (FEPASC), da Chefe do Departamento de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela, da Chefe da Divisão de Seguro Desemprego Fátima Regina M. Siqueira, do Chefe da Divisão de Estudos e Pesquisas Antonio Benedito Siqueira, do Chefe do Departamento de Relações do Trabalho Núncio Manala, do Chefe da Divisão de História Social do Trabalho Laércio Souto Maior e dos técnicos da SETP Alzimara Bacellar, Márcia Dias Ramos, Vera Lúcia Chami, Maria Augusta Araújo, Reginaldo Fernandes de Souza, Jenifer Franco Prodócimo, Sonia Regina Mitczuk, Dione B. Romanzin, Soraia Cristina de Souza, Ana Carla Benetti, Luciene Pereira de Cristo Bracht realizou-se a 173ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho do Paraná, tendo como pauta: 1)Abertura; 2)Aprovação da Ata Anterior; 3) Análise da Política do Benefício do Seguro Desemprego ; 4); Revisão da Resolução 299/2010-CET 5)Informes.

1) Abertura: Comunicando a ausência justificada do Conselheiro Karl Udo Heinrichs (CGTB), o Presidente Iram de Resende (SETP) saudou os conselheiros presentes e declarou aberta a 173ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho.

2) Aprovação da Ata Anterior: Foi aprovada, sem emendas ou adendos, a Ata de nº 204, referente à 172ª Reunião Ordinária do Conselho Estadual do Trabalho. O conselheiro Ernane Garcia Ferreira sugeriu as seguintes alterações na Ata de nº 203 da 34ª reunião extraordinária, que trata da definição da proposta do reajuste do Piso Salarial Mínimo Regional, a definição dos atores seria de imediato, e clarear o texto da forma que fique entendido que o prazo de 120 dias para início do trabalho após ter sido formado a comissão do Conselho.

3) Análise da Política Pública do Benefício do Seguro Desemprego: A Chefe do Departamento de Gestão do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda Elietti de Souza Vilela disse que a apresentação seria um estudo feito pela Técnica da Divisão de Estudos e Pesquisas Márcia Dias Ramos e pela Chefe da Divisão de Seguro Desemprego Fátima Regina M. Siqueira a respeito do Seguro Desemprego com referência em uma pesquisa feita pela Universidade de Brasília por solicitação do Ministério de Trabalho e Emprego, onde inclusive, alguns dos entrevistados são membros do nosso Conselho. Na sequência, o Presidente Iram de Resende passou a palavra para Márcia Dias Ramos, que saudou a todos e deu início a apresentação dizendo que o levantamento seria uma demonstração da rotatividade do Seguro Desemprego nos últimos 5 anos no Paraná (2005 à 2010), trabalhando com dados mensais (janeiro à dezembro). Márcia fez uma análise sobre os dados gerais, onde foi possível concluir que o número de admitidos cresceu de 898.972 para 1.403.593, o número de desligados passou de 826.597 para 1.261.102, o número de dispensados sem justa causa não teve um aumento

tão grande, passando de 487.134 para 635.137, o número de requerentes cresceu muito pouco, de 397.054 para 496.060, o número de segurados cresceu de 393.592 para 491.037 e o número de beneficiários cresceu de 388.758 para 480.829, ela chamou a atenção para os dados dos números de beneficiários que cresceu gradativamente de 2005 à 2009 e em 2010 teve um ligeiro decréscimo em relação aos anos anteriores. Em relação aos valores concedidos pelo benefício do Seguro Desemprego, temos a seguinte questão, em 2005 tínhamos cerca de 628 milhões de reais pagos de Seguro Desemprego e em 2010 esse número mais que dobrou. O número de reais recebidos por beneficiários também aumentou significativamente nesses 5 anos, passando de R\$1.629,00 para R\$2.695 por pessoa. O Siqueira complementou dizendo que o governo gasta mais com o seguro desemprego, e que melhor forma de conter é ofertar mais empregos. E deveria ser aplicado mais dinheiro em qualificação profissional e dessa forma diminuir a demanda do seguro desemprego. José Toaldo Filho parabenizou a apresentação e disse que deveria ser melhor divulgado, pois a sociedade não tem conhecimento de que o índice de requerentes do seguro desemprego diminuiu com o passar do tempo, e o que aumentou foram só os valores concedidos por pessoa. Ernane Garcia Ferreira, também, parabenizou a equipe pela apresentação e deixou como sugestão um estudo no estado do Paraná, por setores (comércio, indústria, serviços, entre outros) de como eles estão em relação à questão do Seguro Desemprego, um aporte sobre os salários, onde é possível verificar que a situação dos trabalhadores melhorou, mas que deve-se aprofundar em dados nos últimos anos, criando um viés importante para o próximo período de Qualificação Profissional, entende que seja feito uma qualificação que não atende as reais necessidades do mercado. É necessário aprimorar os resultados, pois há um reclame dos cursos de qualificação, precisamos sair da obliquidade da informática e costura. João Francisco Zafanelli Cubas ratificou a fala de Ernane Garcia Ferreira, dizendo que esse é o problema e que precisamos levantar demandas que estão surgindo nos Conselhos Municipais e Estaduais do Trabalho, um exemplo disso está no trabalho do SENAC, onde havia demandas mas não para os cursos oferecidos, ou seja, tinha população mas não tinha demanda "capacitória", pois as pessoas não se encaixavam nos cursos, sendo assim foi devolvido os recursos por não aplicarem na região certa. Leila Maria Raboni parabenizou a equipe pelos trabalhos realizados com qualidade e consistência pela Divisão de Estudos e Pesquisas da SETP. Ildemar Borges disse que o Conselho Estadual do Trabalho vem solicitando desde o ano passado que o Observatório do Trabalho fosse criado exatamente para essa função, pois é necessário esses dados para administrar um melhor entendimento, e disse também, que chegou a hora de, por meio dessas informações, cobrar dos Conselhos Municipais do Trabalho que homologuem cursos que tenham melhor aproveitamento. O Presidente Iram de Resende passou a palavra para Elietti de Souza Vilela e disse que o Observatório do Trabalho tem papel importante no CET, pois traz análises de condições para criar um jeito de pensar superior, o que a Márcia apresentou passou a contrariar um monte de pensamentos que haviam sobre o Seguro Desemprego, foi muito construtivo esse trabalho, e precisamos abrir um espaço para o Observatório do Trabalho em todas as reuniões do CET, para contribuírem mais ainda nas informações. Elietti de Souza Vilela disse que devemos considerar que o modelo de gestão é tripartite, e que as demandas locais devem passar pelo Conselho Municipal do Trabalho, e o que falta é subsidiar os CMT para que eles possam assumir as suas responsabilidades, sabendo o que é importante e quais são as diretrizes que devem ser tratadas, para isso, temos duas medidas importantes para aprimorar o processo. Primeiro que, atualmente, o Secretário de Trabalho Luiz Claudio Romanelli possibilitou que compuséssemos a equipe da Qualificação Profissional, que está hoje na coordenação de uma técnica oriunda do IPARDES, que trabalhava exclusivamente com análises do mercado de trabalho, e somou a nossa equipe, o que ajudar-á muito. E segundo que firmamos uma parceria com o Instituto Federal do Paraná onde poderemos fazer a qualificação dos Conselheiros

Municipais do Trabalho, utilizando as telessalas, o que facilitar-á em muito na nova capacitação continuada dos conselheiros, inicial e continuada, pois vamos iniciar e depois faremos diversos módulos. Estamos na fase final para a instalação de 100 telessalas nas unidades das Agências do Trabalhador, juntamente com o IFPR estamos ampliando essa capacidade para 411 telessalas, ou seja, os nossos conselheiros vão poder estar provavelmente nos seus próprios municípios, numa telessala em que vamos poder sentar com eles e discutir exatamente essa demanda que levaremos para eles. É o momento de fazer agora um definição dessa Política Pública de Qualificação Profissional e dar subsídio a eles, haverá também capacitações dos Chefes dos Escritórios Regionais e dos nossos Gerentes das Agências do Trabalhador, em análise do mercado de trabalho, pois não adianta só exigir, é preciso instrumentalizar, e essas são medidas que estamos adotando para corrigir essa falha. Iram de Resende disse que há uma vontade do Secretário, e já está incluído na relação do Governo, de haver um FAT estadual, queremos ter uma reserva de recurso inominável e indefinível, que cabe só para nós atender prontamente, a demanda que chega e mesmo que não possamos atender a toda essa demanda, começamos atendendo um percentual pequeno e vamos gradativamente evoluindo. Vamos criar um sistema de contratação para oportunizar cursos rápidos, para isso o básico é ter o recurso, como o recurso de Brasília normalmente, excede essa qualificação que está sendo aqui colocada e se esgota todo, a SETP fica amarrada, e isso não pode. Com o crescimento da economia entendemos que temos que criar atendimentos prontos para demandas emergenciais de acordo com a dinâmica da economia, pois as demandas surgem a todo momento, e hoje as empresas estão num processo de responder à essa pressão do mercado de querer mais Mão de Obra, então nessa qualificação dos Conselheiros que realizaremos, pretendemos, ao fazê-la de levar mecanismos novos, para que eles possam estar aparelhados lá no interior, e poder atender demandas que o sistema possui. E disse ainda que acha importante a transparência da visão da nossa luta em relação ao que está acontecendo em Brasília, e voltou a palavra para a Elietti para a mesma compartilhar as informações recentemente chegadas de Brasília. Elietti de Souza Vilela falou que o Fórum Nacional de Secretarias do Trabalho instituiu uma Câmara Técnica de apoio ao Fórum, e aquela tem assento um Grupo Técnico de Apoio ao CODEFAT, do qual Elietti faz parte, portanto passou a frequentar as reuniões do GTFAT, sendo que na última reunião foi proposta uma alteração na resolução 575 e a 638 do CODEFAT e uma das principais alterações foi de que não haverá mais um Convênio Plurianual Único, a tendência é de que ficaria uma separação do Convênio Único para Convênio com Qualificação Profissional e Convênio com Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego, isso por si só não significaria problemas, por exemplo, o aumento na dilação de prazo por conta da execução do Planteq, porque ainda não foi realizada a transferência da 2ª parcela referente à Qualificação Profissional, isso causa transtorno na Gestão da Política. A resolução também prevê um recurso máximo de 60% para o Planteq e um mínimo de 30% para o Planseq, quando é dito máximo 60% pode ser até 0%”, porque não foi estabelecido um mínimo, já quando coloca um mínimo de 30% pode ser até 100%, porque foi garantido um mínimo. Isso causou uma grande polêmica, afinal de contas o Planteq não acontece no âmbito dos estados, não passa na comissão estadual, foi dito também que na modalidade Planteq, o município que estiver com mais de 100 mil habitante, poderá se conveniar diretamente com o MTE sem passar pelo CET, o que também houve questionamentos. Também foi aberto para os municípios com mais de 200 mil habitantes, convênio direto com o Planteq, desde que conveniem outras funções do Sistema, como Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego. Ninguém é contra a descentralização, desde que seja acompanhado e que haja recursos suficientes para que a ação continue com qualidade para os trabalhadores. Temos como exemplo Curitiba, que já houve a municipalização, mas não conseguimos transferir a unidade central, pois os recursos do município não são suficiente,

devido ao alto custo da unidade, e vem sendo bancado 42% pelo estado. Sendo assim, é preciso que volte uma discussão sobre o processo de municipalização, que fique claro o papel da união entre Estado e Município. Foi proposto também ao MTE que fizesse a retirada dos municípios com mais de 100 mil habitantes e que garantisse um mínimo de 40% para o Planteq. A retirada dos municípios com mais de 100 mil habitantes não foi acolhida, a única coisa que avançamos foi em garantir um mínimo de 30% e um máximo de 60% para o Planteq. Da discussão no FONSET, foi retirada uma carta aberta, um documento para a Presidente da República, para o CODEFAT e a sociedade como um todo, foi instituído também o dia 9 de agosto como o Dia Nacional de Manifestação sobre o Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda, onde em todas as unidades do Sistema Público, deverá ser feita uma discussão tripartite. O Paraná será sede do próximo FONSET, previsto para o final de julho. Roberto Teixeira de Freitas disse que lembra da municipalização de Curitiba, e que na época o Secretário do Trabalho de Curitiba esteve junto e disse, que por motivos burocráticos, não estava recebendo o repasse de Brasília, foi feito então um acordo em que a Secretaria Estadual do Trabalho iria bancar todo o Sistema de Curitiba por 90 ou 180 dias, mas se o Estado ainda continua bancando o Sistema de Curitiba, que municipalização é essa, que o Estado não gerencia, mas arca com as despesas? Até quando o Estado vai continuar arcando com as despesas, será que não teria que voltar para o Estado? Elietti de Souza Vilela explicou dizendo que na Resolução 466 haveria um período de transição de 2 anos, portanto dessa forma foi iniciada a municipalização, o problema é que excedeu o prazo e o MTE diz que no momento não tem condição de repassar o recurso. Na realidade, existem muitos problemas, como por exemplo a unidade de Londrina, que foi municipalizada recentemente, nossas unidades da região estão amarradas pelas filas provenientes da Agência de Londrina, trabalhadores vão para Rolândia, Cambé, Arapongas e unidades próximas para serem atendidos, acaba que o trabalhador local tem que competir na fila com trabalhadores de Londrina. Roberto Teixeira de Freitas disse que o próprio município é quem tem que arcar com o ônus e o bônus, porque é injusto o Estado continuar arcando com as despesas sendo que foi o município que exigiu a municipalização. Denilson Pestana da Costa disse que tem que municipalizar sim, desde que tenha condições para arcar com as despesas, disse ainda, que as demandas não estão sendo levantadas, que não temos um diagnóstico mais aprofundado, e que deveria haver uma relação melhor entre o Conselho Estadual e o Conselho Municipal do Trabalho, pois não temos uma avaliação regional do Estado, e a idéia era realizar reuniões regionais com todos os CMT, mas até agora foi realizada apenas uma reunião. Elietti esclareceu que o Diagnóstico de Rede do Sistema Público de Trabalho, Emprego e Renda de todos os padrões de qualidade já existe, inclusive irá pedir para ser encaminhado para os Conselheiros. Klaus Dias Kuhnen fez o requerimento do encaminhamento da Resolução 575, e disse que se a resolução trata de prazos e esses prazos já estão ultrapassados, quer dizer que eventualmente ocorre repasse de forma equivocada e sem respaldo e amparo legal. Sezifredo Paulo Alves Paz disse que na Secretaria da Saúde há uma instância que trabalha junto com os municípios, por meio de uma Comissão Bipartite, entre Estado e Município, sugerindo assim a criação de uma Comissão Bipartite de Gestores no Conselho Estadual do Trabalho. Iram de Resende disse que o Sistema que temos hoje em dia é uma grande conquista, pois foi construído ao longo dos tempos com a participação de técnicos que dedicaram sua vida ao trabalho e que temos competência para cada vez aperfeiçoar mais ainda. Ernane Garcia Ferreira solicitou as resoluções com prazos, diagnósticos, informações e ainda que fosse colocada em pauta para a próxima reunião do CET, a composição da Comissão do Trabalho Decente.

4) Revisão da Resolução 299/2010-CET:

O Presidente Iram de Resende passou a palavra para Elietti de Souza Vilela, que apresentou as seguintes alterações na Resolução: inserir dois parágrafos no Artigo 33, sendo eles:

§ 1º - Nos casos em que for considerado conveniente, a cessão de recursos humanos, prevista no item "c" do inciso I e no item "a" do inciso II deste artigo, poderá ser feita, além da Prefeitura, também por entidades representativas de trabalhadores e/ou empregadores, sempre com ônus das obrigações trabalhistas e previdenciárias para o órgão ou entidade de origem.

§ 2º - Igualmente poderá ser compartilhado, de forma tripartite, o custeio das despesas de locação de imóvel e a disposição de outros elementos físicos, financeiros ou técnicos que possam contribuir para o adequado funcionamento da unidade, nos termos do Acordo de Cooperação Técnico-Operacional firmado com a SETP.

Outra alteração é aprimorar a redação no Artigo 39, deixando mais claro quais são os componentes do padrão de qualidade, ficando da seguinte maneira:

Art. 39 – Fica determinada à SETP e suas instâncias gerenciais e operacionais a busca do permanente aprimoramento das unidades de atendimento do SPTER, com vistas ao atingimento progressivo do padrão de qualidade, composto por 04 (quatro componentes): infraestrutura física, quadro funcional, amplitude e integração programática e controle social, de conformidade com o estabelecido no Capítulo II desta Resolução, mediante sistemas de planejamento, acompanhamento da execução e avaliação de resultados.

A próxima alteração é a criação de mais duas instâncias de supervisão no Artigo 46, aonde antes existiam apenas três, passam a existir cinco, sendo elas:

I. Supervisão Geral in loco, equipe de supervisores da sede com os técnicos dos Escritórios Regionais da SPTER, para avaliação dos padrões de qualidade, ou superação de dificuldades não sanadas pelos Escritórios Regionais.

II. Supervisão especializada in loco, realizada por técnicos das equipes centrais das áreas programáticas do SPTER com o fim de sanar questões específicas das áreas programáticas.

III. Supervisão integrada in loco, realizada por equipe técnica da sede composta por integrantes das várias áreas, inclusive administrativas.

IV. Supervisão remota, realizada, via telefone ou meio eletrônico, pelas equipes centrais às regionais e por estas às unidades de atendimento, esclarecendo dúvidas e prestando orientações técnicas.

V. Monitoramento de qualidade do atendimento (junto ao Usuário do Sistema), por telefone e por questionários depositados em urnas em todas as unidades.

E a última alteração é no Artigo 47, propondo a inclusão de mais um item para a avaliação de resultados, sendo ele:

Art. 47 – A avaliação de resultados consiste na comparação dos resultados obtidos com os quatro componentes do padrão de qualidade e as metas programáticas para o período, a ser realizada, preferencialmente, em seminários ou encontros técnicos de avaliação e planejamento.

Após explicações foi assinada a Resolução 303/2011-CET.

5) Informes: O Presidente Iram de Resende passou a palavra para Elietti de Souza Vilela, que explicou a Resolução de nº 304/2011-CET que preconiza:

Art. 1º - APROVAR o remanejamento de recursos do Plano de Aplicação das Áreas de Intermediação de Mão de Obra e Seguro Desemprego, previsto no Plano de Trabalho 2010 constante do CONVÊNIO PLURIANUAL Nº 55 – MTE-CODEFAT-SETP 2006-2011, tal remanejamento foi feito da seguinte maneira: parte do combustível será pago com recurso do Tesouro Geral do Estado e o serviço de vigilância será pago somente com recurso do TGE. O recurso de vigilância foi remanejado para o pagamento de telefone, água e luz das unidades, e o recurso de combustível para a compra de material de copa e cozinha para as unidades da rede. Houve também, saldo de recurso de aquisição de mobiliário em geral que foi transferido para complementar o recurso de aquisição de 6 veículos para auxiliar na renovação da frota que atende Agências do Trabalhador.

Art. 2º – APROVAR o remanejamento da planilha do público prioritário do Plano de Aplicação da Área de Qualificação Profissional, previsto no Plano de Trabalho 2010, constante CONVÊNIO PLURIANUAL Nº 55 – MTE-CODEFAT-SETP 2006-

2011, essa alteração foi feita pela necessidade de exclusão do Público 7A (apenados) em função da dificuldade em se trabalhar com o público do Sistema Penitenciário, e à pedido da Divisão de Qualificação Profissional esse público passou para 1B (desempregados).

Após explicações foi deliberada por maioria de seus membros a Resolução 304/2011-CET.

Os conselheiros Denílson Pestana da Costa e Ernane Garcia Ferreira solicitaram que as deliberações fossem encaminhadas para conhecimento com antecedência.

Esgotada a pauta e nada mais havendo para tratar, o presidente Iram de Resende agradeceu a todos e deu por encerrada a 173ª Reunião Ordinária do CET, da qual eu, Mariane Veiga, lavrei a presente Ata.

Curitiba, 28 de Junho de 2011